

REDES DE SOCIABILIDADE POLÍTICA NUM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: NOTAS DE PESQUISA

Tiago dos Santos Lira - FCT/Unesp

liraunesp@yahoo.com.br

Antonio Luís Barone - FCT/Unesp

labarone@uol.com.br

1-Introdução

O presente trabalho intitulado “Redes de Sociabilidade Política num Assentamento de Reforma Agrária: Notas de Pesquisa” foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. A justificativa deste estudo está na emergência da temática do desenvolvimento local como possibilidade de alternativas para a sustentabilidade sócio-econômica das regiões rurais. Sob esta ótica, a problemática dos assentamentos de reforma agrária tem sido pouco avaliada. O universo empírico de investigação é o município de Presidente Venceslau – localizado no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do estado de São Paulo/Brasil), que tem uma população de pouco mais de 36 mil habitantes e que conta com quatro Projetos de Assentamentos Rurais. Este trabalho tem como objetivo principal identificar as redes de relações políticas envolvendo os assentados nos P.A.s do município de Presidente Venceslau/SP e os agentes políticos dessa localidade (autoridades municipais, líderes partidários, sindicais e de movimentos), bem como levantar a participação desses agricultores assentados nos fóruns políticos municipais (Conselhos, O.P., associações, etc.) Quatro objetivos específicos animam o estudo: 1) identificar os programas ou projetos municipais voltados aos assentamentos; 2) levantar a participação dos assentados nos fóruns municipais (Conselhos, O.P., sindicatos, partidos, associações, etc.); 3) análise da participação dos assentados nos processos políticos locais (filiações partidárias, candidaturas e programas específicos); 4) discussão sobre as possibilidades de atuação/controlar dos assentados sobre os processos de definição das políticas municipais pré-assentamentos. Utilizamos como metodologia a observação participante (método etnográfico) para observar e registrar a sociabilidade política dos assentados no município de Presidente Venceslau/SP com observação de reuniões de entidades representativas, assembleias e etc. No decorrer do presente trabalho propomos fazer uma revisão bibliográfica que nortearam o nosso projeto de pesquisa, logo após apresentamos os resultados obtidos na pesquisa.

2-Revisão bibliográfica sobre o Tema

Neste tópico dispomo-nos a fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema “Redes de sociabilidade política num assentamento de Reforma Agrária”. Para isso dividimos em 4 sub-tópicos: 2.1-A política de assentamentos; 2.2-Os impasses do desenvolvimento; 2.3-A questão do poder local. 2.4 – A Participação Política.

2.1-A política de assentamentos

Em 1964 foi instituído o Estatuto da Terra que permitia a desapropriação da terra por títulos da dívida agrária. A Reforma Agrária já vinha sendo desejo de grande parte da população que viu o seu sonho frustrado com a implementação da ditadura militar que simplesmente esqueceu o Estatuto da Terra. A alternativa encontrada pela repressão foi a “colonização” da região Amazônica para resolver o problema da “população excedente” (Bergamasco e Norder, 2003).

No começo dos anos 1980 os movimentos sociais começaram a aparecer com mais intensidade.

“A organização de novos movimentos sociais no campo e na cidade vai sendo consolidada, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) passam a representar segmentos sociais surgidos e sufocados durante a ditadura militar. A reforma agrária voltava à cena política nacional, mas protagonizada por atores sociais com um novo perfil, e em um novo contexto político” (Bergamasco e Norder, 2003, pág.22).

Com a vitória de FHC, em 1994, a decisão do MST em seu Congresso de 1995 foi a de intensificar as ocupações de terra para “forçar” o governo a decretar a desapropriação da área ocupada. A população vendo os seus salários cada vez mais baixos e nenhuma perspectiva de mudança encontra nos movimentos sociais de luta pela terra uma alternativa de emprego e moradia.

“..., verifica-se um processo de reconversão de trajetórias de vida e reelaboração de relações sociais: são cortadores de cana transformando-se em produtores familiares, trabalhadores de origem urbana tornando-se, pelo menos parcialmente, em agricultores, trabalhadores que tinham na provisoriedade de acesso à terra a condição de sua sobrevivência passando a ganhar condições de fixação, como ‘assentados’” (Medeiros, 1999, pág.15).

“Os números de assentamentos realizados entre 1964-1996 é mostrado pelo I Censo da Reforma Agrária no Brasil aponta que nesse período cerca de 200 mil famílias haviam sido assentadas em projetos do governo federal, embora haja quem contestasse esses dados.” (Bergamasco e Norder, 2003).

A partir de 1980 São Paulo surge como grande palco das disputas pela terra e ganha destaque no cenário nacional.

“No Estado de São Paulo, uma parte das disputas fundiárias ocorridas a partir dos anos 1980 resultou não apenas na conquista de áreas isoladas para criação de assentamentos rurais, mas também na formação e expansão de movimentos sociais que protagonizaram uma reinserção da reivindicação de reforma agrária na agenda de debates políticos nacionais nos anos 90.” (Bergamasco e Norder, 2003, pág. 69).

Quando o governador Franco Montoro assumiu o governo em 1983 herdara questões fundiárias não solucionadas, pois até o momento as políticas eram na direção de “abertura democrática” e uma maior liberdade política para os movimentos sociais (Bergamasco e Norder, 2003).

A partir de 1995, como relata Bergamasco “foi possível assentar ou iniciar o assentamento de mais de 3837 famílias até 1999, das quais 3287 no Pontal do Paranapanema”.

Há outros assentamentos no estado de São Paulo que foram feitos por regularização Fundiária, especificamente realizado no Vale do Ribeira. Esses Projetos de Assentamentos diferem dos demais, pois as famílias já ocupavam antes essas terras, as demarcações estabelecidas entre grileiros e os ocupantes foram mantidas pelo Estado. Por isso as medidas diferentes de lote para lote e também a grande comercialização dos mesmos. Apenas uma pequena parcela utiliza o lote para a agropecuária e mesmo assim, predominantemente para o abastecimento parcial do consumo doméstico de alimentos.

“A questão do Vale do Ribeira tem sido conduzida através de medidas de regularização fundiária, e não através dos instrumentos clássicos de reforma agrária disponível aos governos federal e estadual” (Bergamasco e Norder, 2003, pág.97).

A política de assentamentos é tema de muitos debates e conflitos que está longe de ter o seu fim, o atual governo, seja no âmbito estadual ou federal conduz de forma pouco satisfatória o processo de Reforma Agrária. Isso se torna mais estranho quando falamos do governo federal, pois este, “dito dos trabalhadores” não contempla a base que o ajudou se eleger.

2.2 Os impasses do desenvolvimento

Quando o trabalhador consegue o seu lote precisa encontrar soluções para tirar o sustento e conseguir uma renda para sua família. Para isso ele conta com a ajuda dos técnicos que teoricamente teriam que prestar assistência técnica, mas também fica no dilema de trabalhar individualmente ou coletivamente.

“As maiores dificuldades observadas no desenvolvimento dos projetos de assentamentos do Estado é por falta de uma atuação clara, firme e eficiente do corpo técnico” (Barone, 2000).

Quando se pensa em um convênio ITESP-INCRA, as rivalidades na implementação de projetos para os assentados se mostram inviabilizadores da ação.

Os estudos também apontam para as dificuldades estruturais que os técnicos encontram e a relação técnico-assentado se mostra muito complexa.

“Uma maneira exemplar de apresentar essa dificuldade é analisar a relação entre assentados e os técnicos que acima são, didaticamente classificados como “militantes”. Se por um lado a atitude dedicada desse grupo costuma facilitar o acesso dos trabalhadores ao DAF, ele implica num jogo de reciprocidade pouco compreendida pelos técnicos” (Barone, 2000, pág.64).

Os trabalhadores vêem uma alternativa com a criação das Associações, isso passa a ser uma saída para produzir. Essas Associações, às vezes, são criticadas pela excessiva partidarização dos representantes, “a multiplicação de ‘grupinhos’ internos, a atuação divergente de muitas ‘lideranças individuais’” (Barone, 2002, pág.92).

Os técnicos muitas vezes são hostilizados, quando na verdade os técnicos são meros trabalhadores de um órgão burocrático que está “amarrado” ao Estado e, portanto as suas determinações.

Temos também aquelas Associações que são incentivadas pelo poder público, o ITESP.

As idéias do ITESP de associação é que os trabalhadores tenham acesso as tecnologias dominantes, mas isso é submetê-los ao mesmo tipo de agricultura que um dia o expropriaram das terras. Essas também são obrigações impostas pelas instituições financeiras para conseguirem crédito.

A crise da organização dos trabalhadores chega a tal ponto que os técnicos apresentam propostas de novas culturas, acesso a novos financiamentos, caminhos coletivos de comercialização. Muitas vezes o Estado tenta impor os projetos estatais via técnicos ‘militantes’ em detrimento das aspirações dos trabalhadores.

“A experiência tem mostrado, entretanto, que o risco da demanda do técnico substituir as demandas dos agricultores ocorre com maior freqüência no dia a dia de sua políticas e está ligado, quase sempre, a alienação do técnico a seu próprio projeto militante. Projeto ao qual as ações estatais devem estar submetidas, o que as transforma em imposições e as descaracteriza, em consequência, enquanto políticas públicas. A tal ponto que deixa de ser da competência do técnico, colocá-las em discussão junto aos trabalhadores, de modo a poder desempenhar seu legítimo papel de mediador entre o projeto estatal e os projetos – ou aspirações – dos trabalhadores.”
(D’Incao, 2000, pág.76).

Tem trabalhadores que chegam a acreditar que os técnicos ganham comissões para implementar os créditos oferecidos pelos bancos.

Os trabalhadores que não pertencem a nenhum tipo de Associação e estão livres das injunções estatais conseguem fazer críticas um pouco mais elaboradas ao crédito de custeio.

“Aprende que na sua terra ‘dá’ ou ‘não dá’ os produtos financiados pelo banco – arroz, feijão e milho, mais habitualmente. Mas não chega a indagar rigorosamente porque ‘dá’ ou ‘não dá’. Permanece acomodado em avaliações aproximativas ou precárias e continua a aceitar ou a contornar as regras que lhe são impostas” (D’Incao, 2000, pág. 82).

2.3 A questão do poder local

Os assentamentos são criados através do governo federal ou do governo estadual, mas logo após os assentamentos estarem consolidados, o poder local tem uma participação quase que total na vida dos assentamentos, seja o poder local fazendo benfeitorias ou sendo cobrado pelos assentados. Uma vez que são criados os assentamentos é inevitável que as demandas dos assentamentos não fique no âmbito municipal pois é lá que estão instalados os lotes. Isto permite que a prefeitura se torne um dos agentes principais na consolidação dos assentamentos, ocorrendo muitas vezes práticas clientelísticas.

“A criação e consolidação dos assentamentos têm se mostrado importantes na legitimação da luta pela terra, mas, ao mesmo tempo, desautorizam visões idealizadoras sobre o significado de sua presença. Se eles passam a participar do jogo político local, trazem propostas, disputam demandas, nem por isso deixam de reproduzir mecanismos já consolidados através da adesão a determinados modos de fazer políticas, marcados pela troca de favores, que estão no cerne da própria cultura da política brasileira” (Medeiros et alli, 2002, pág 195).

Os assentados, na busca de conseguirem coisas imediatas, se aliam a partidos políticos independentemente da ideologia. Exemplo disso é de um deputado federal da região que será um importante mediador entre os assentados e o poder público, isso foi notável quando através desse deputado se consegue um financiamento para investimento na compra de máquinas para o assentamento Bela Vista.

“Reproduz-se, então, o comportamento típico da clientela política – tanto nos quadros políticos da cidade, quanto nas lideranças assentadas. Eco do distante coronelismo, os quadros políticos da região tentarão manter fechados os seus novos ‘currais’, na reprodução de uma racionalidade política tradicional, agora atualizada num contexto mais moderna” (Barone, 2002, pág. 169).

Essas práticas clientelistas tem o seu destaque na assistência social. A busca muitas vezes de prefeitos e vereadores em consolidar o seu grupo de apoiadores levaram estas práticas adiante.

Algumas lideranças dos assentamentos de Bela Vista usaram como moeda eleitoral o clientelismo, por exemplo, ajuda nas aposentadorias que uma assentada fazia através de seus contatos políticos e que por muitos será considerada a “vereadora do Bela Vista”. (Barone, 2002)

Vemos a forma que a prefeitura disponibiliza os seus recursos: através de contatos com as lideranças para cooptar as mesmas em proveito próprio.

2.4 A Participação Política

Os assentados e os atores sociais envolvidos na temática da Reforma Agrária assumem um grande papel no desenvolvimento do assentamento pela participação política. Várias são as formas de organização que os assentados têm de se envolver na vida política do município que incide diretamente nos assentamentos. Uma das formas é a organização em Associações de produtores para conseguirem investimentos ou até mesmo para uma melhor organização. É comum em muitos municípios que tem uma vida rural a instituição de Conselhos Municipais que tratem da questão do desenvolvimento rural, nisso tem-se a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Os assentados organizados em Associações em muitos municípios que já foram estudados tem vaga na composição do Conselho. A alternativa para o desenvolvimento dos assentamentos com uma maior participação dos assentados foi a criação destes Conselhos, que só se torna interessante quando todos os agentes envolvidos tem uma participação equitativa, podendo estes decidir sobre o rumo da sua vida. Os sindicatos têm se mostrado um fator importantíssimo nos CMDR's, embora em alguns casos os sindicatos são cooptados pela prefeitura que, com autoritarismo, decide o que deve ser feito.

Os agricultores familiares se engajam como militantes no CMDR para exercer realmente uma participação. As vezes as condições precárias dos representantes da agricultura minimizam a sua participação. É nessa hora que os Sindicatos de trabalhadores têm que se mostrarem fortes e do lado dos trabalhadores.

“Desta maneira, as aberturas à participação encontram-se no centro das lutas sociais e devem ser consideradas num movimento dialético das forças presentes na sociedade” (Marques, 2004, pág.62).

3 – Resultados Obtidos

3.1 – Um final de semana no assentamento Primavera

Fizemos uma visita em 3 lotes. Primeiramente fomos ao lote do seu Onésio, que um é assentado que cuida do bom andamento do assentamento. Logo depois fizemos uma visita ao lote da Dora.

A investigação foi pautada na Associação, só que para ele que não utiliza muito não faz diferença, ele diz que a Associação tem problemas, o trator é grande, mas não atende as demandas dos assentados.

Fomos a tarde no lote da Denise, que é uma das assentadas e que é considerada uma modelo de produtora por ter um lote muito produtivo, criadora de gado, plantação de uma variedade de vegetais, a piscicultura se mostra presente no lote da Denise, uma bomba que irriga a plantação, bomba que tira água direto do Rio. A conversa que mais chamou a atenção foi do marido dela e mais três assentados de outros lotes que estavam lá conversando e que começamos a ouvir o que eles estavam conversando. A conversa girava em torno de uma cooperativa, na verdade um grupo que eles estavam tentando criar para tirar o leite do gado e estavam pretendendo criar um grupo forte para estar vendendo leite para as grandes indústrias. Para isso eles estavam tentando criar um grupo de 10 pessoas que se unissem e comprassem um tanque de resfriamento para eles estarem colocando o leite e fazendo a sua produção leiteira vingar e possivelmente mais tarde montar uma cooperativa que desse mais renda. Citaram o caso de uma cooperativa de Tupi Paulista (município vizinho) que era uma cooperativa muito forte que produz cerca de 9000 litros de leite por dia e que eles usariam de exemplo para criar esta cooperativa. A conversa estava muito avançada e nós observamos ali que a conversa caminha para o mais agir do que ficar enrolando. Foi também sondado o caso da Associação, do grupo de 4, somente um era sócio e que não se envolvia muito por conta desta Associação segundo ele ter muitos problemas entre os próprios dirigentes. Dizendo que existia um certo tipo de descaso com os próprios sócios e citou uma vez que contratara o trator para tombar a tua terra e foi usado 17 horas para tombar a terra, dizia que para ele seria necessário umas 4 ou 5 horas. Ele conta que desde que o trator sai do seu lugar é contado a marcação do tempo, por exemplo: se o trator levou 3 horas para chegar no local de trabalho o contratante é quem paga estas três horas. O que mais eles discutiam também era a falta de União da Associação e dos próprios assentados que era um dos grandes entraves. Dizia também que o trator era ultrapassado e que não se mostrava muito eficaz na hora de se fazer o trabalho agrícola.

3.2 – Os presidentes das Associações

O ponto interessante é a conversa com os presidentes das Associações, em particular conversamos e coletamos elementos para a pesquisa com a Associação dos tratores do Assentamento Primavera e do Assentamento Tupã-Ciretã. O primeiro que nós apresentamos aqui é o Sr. Neno, que é Presidente da Associação dos tratores da Tupã-Ciretã, Neno fez parte do movimento de luta pela terra dos Brasileiros Unidos e já faz sete anos que estão assentados. O assentamento conta com 78 lotes, criam gado no qual 75% é gado de leite, plantam algodão, feijão e milho. A parte econômica está difícil, a bacia leiteira está difícil de se levar. O transporte coletivo está muito oneroso. O trabalho coletivo se dá na colheita, a associação que Neno preside está com 41 produtores. Na conversa ele diz que todos os lotes do assentamento desenvolvem algum tipo de produção. Antes do assentamento a fazenda tinha 1800 hectares e se destinava a produção agropecuária. A fazenda era de propriedade da Família Coelho. Estão associados para obter mais garantia com seus produtos. A Associação tem máquinas, a prefeitura com deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural cedeu um trator e Associação faz a manutenção que adquiriu algumas máquinas. Pela utilização do trator a Associação cobra do sócio – 28/hora e não sócio – 33/hora. Neno diz que o novo prefeito está agradando os assentados, estão até pedindo máquinas para o prefeito já que o mesmo mostrou-se aberto ao diálogo com os assentados. O prefeito melhorou as estradas. Diz que o prefeito está olhando com mais atenção p/ os pequenos produtores só que precisa de mais incentivo para as outras culturas. Neno também toca no ponto do financiamento e diz que de 78 famílias apenas 6 conseguiram financiamento, segundo ele o financiamento não sai por conta do Banco e do ITESP, mas ninguém sabe onde está o problema, se é no Banco ou no ITESP. O problema é quando sai o financiamento somente os grandes produtores conseguem. Em muitos casos para se conseguir o empréstimo o produtor tem que deixar alguma garantia pelo valor pedido, sabemos que o pequeno agricultor familiar não tem nada a oferecer e por isso fica sem obter o financiamento. O Sr. Neno é membro do CMDR e participa ativamente da vida política do assentamento, o interessante é que os assentados não procuram Neno somente por conta da Associação, mas também para obter informações em geral.

O outro Presidente de Associação entrevistado foi o senhor Américo, que é assentado no assentamento Primavera. Américo diz que o maior problema enfrentado é o financeiro, os assentados em sua maioria estão inadimplentes e por isso não conseguem financiamento do banco. Ele andou tentando buscar recursos fora do município na Secretaria de Agricultura Familiar de Agudos só que acabou não vingando a iniciativa. Segundo Américo o tratamento do gerente do banco quando se trata de assentados é indiferente, trata grosseiramente os companheiros assentados. Ele culpa os grandes órgãos administrativos pela falta de investimentos e falta de atenção para com os assentados. Américo que participava da reunião do CMDR onde buscamos estas informações e vê no seminário que a DAAMA (Divisão de Abastecimento, Agricultura e Meio-Ambiente) vai viabilizar uma ótima oportunidade de ter os seus problemas ao menos respondidos. Américo que também é delegado do Orçamento participativo implantado pela administração petista é um outro local de intervenção da população. Relata que com o Malacrida (atual prefeito) possibilita uma abertura em seu mandato. Ele relata que o seu

relacionamento na Associação é bom perante os sócios e se tivessem mais investimentos a Associação poderia crescer com tranquilidade.

3.3 – O Sindicato dos Empregados Rurais

O Sindicato dos empregados Rurais é um sindicato que representa os empregados rurais de Presidente Prudente e região e que tem uma inserção muito grande nos assentamentos do município de Presidente Venceslau. Este Sindicato é filiado a CUT¹ e a FERAESP¹. Nas nossas conversas com este sindicato procuramos conversar com Rubens, presidente, que está sempre disposto a colaborar com a pesquisa. Este importante sindicalista tem um posicionamento muito crítico em relação aos trabalhos que a DAAMA vem implementando visto que o seu diretor é um engenheiro agrônomo sem filiação partidária e que segundo este sindicalista trata de assuntos muito mais do grande agricultor do que do pequeno agricultor. Rubens que também é membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural faz suas intervenções neste Conselho e com isso ajuda os assentados na sua luta do dia-dia. Rubens em suas conversas resgata desde a campanha do atual prefeito, que é do PT, que em uma reunião dentro do assentamento prometeu como proposta de campanha ajudar no desenvolvimento dos assentamentos. Em conversa com o prefeito, Rubens fez as suas críticas em relação ao diretor da DAAMA e pediu que se criasse um cargo dentro da DAAMA que atendesse ao pequeno agricultor. Só que em conversa posterior Rubens diz que se criasse um cargo somente teria a “cabeça” e não o corpo para o bom funcionamento do cargo. Por isso a reivindicação agora do sindicato que em conjunto com um militante do MST que tem um lote no assentamento Primavera é a criação de uma secretaria de assuntos agrários, esta secretaria seguiria o mesmo modelo de alguns já criadas nas cidades de Mirante, Marabá e Rosana que conta com P.A.’s. Existe a ameaça dos movimentos de levarem esta reivindicação para o legislativo, que é oposição, que já se mostrou muito simpático na criação desta secretaria. Rubens em muitas vezes tece críticas pesadas a administração do prefeito que é do mesmo partido que o dele (PT), pois o mesmo alega que a falta de recursos é que o entrave para as reivindicações serem atendidas, só que Rubens checando as verbas destinadas para cidade são muito elevadas e poderia muito bem ser canalizadas para os assentamentos.

4- Conclusão

Este trabalho desenvolvido ao longo de 2005, que é continuidade de um trabalho iniciado em 2004, conseguimos atingir o objetivo principal. De certa forma atingimos os objetivos específicos, a falta de

¹ Central Única dos Trabalhadores

² Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo

recursos impossibilitou um aprofundamento da pesquisa. Os agricultores que conseguem sobreviver de sua gleba são aqueles que são produtores rurais ou já trabalharam na agricultura. Quando se nota que um lote não está se desenvolvendo e não é por falta de financiamento, nós vemos que no processo de luta pela terra uma parte da população urbana pauperizada entrou na disputa e quando consegue o seu “pedaço” de terra não consegue tirar o seu sustento pela falta de experiência no trato com a terra. Isso tudo já se amarra com a falta de assistência técnica por parte do ITESP que não consegue dar conta das demandas dos agricultores. No tocante as críticas ao ITESP ao nosso ver estão bastante esclarecidas. O que temos agora como missão é tentar enxergar uma forma que venha atender a população assentada – só a união dos trabalhadores assentados, isso no que tange a região estudada, pode fazer com que o ITESP (que não atende mais ou nunca atendeu os trabalhadores de forma satisfatória), juntamente com o governo do estado possa realmente servir os trabalhadores que não agüentam mais a agonia de ver o seu direito a vida ser roubado por um estado que não quer o desenvolvimento da agricultura familiar. Não quer, pois, através dos agentes estudados podemos perceber que existe uma grande pressão do agronegócio, que é moda no Brasil, de não deixar que a agricultura familiar seja um problema para o seu desenvolvimento. Sabemos que o agronegócio está diretamente ligado ao grande latifúndio. É um papel sem sombra de dúvidas do poder local o desenvolvimento dos assentamentos que se bem trabalhados só favorecem a economia do município com a venda dos produtos dos agricultores familiares. No trabalho desenvolvido pudemos perceber que os assentamentos de Presidente Venceslau que juntos chegam a ter 250 famílias, não podem ser esquecidos pelo poder local. A prefeitura, através das Divisões (Educação, Agricultura e etc.) tem uma participação dentro do assentamento que mexe na vida dos assentados, eles podem sentir isso através do CMDR que é uma oportunidade de estarem discutindo as demandas para os assentamentos. Tem uma participação significativa no Orçamento Participativo. Várias são as críticas em relação a todos estes agentes que os assentados fazem, é quase impossível ouvir mais coisas boas do que ruins, o principal alvo das críticas sem dúvida nenhuma é o ITESP, no qual muitas vezes até os técnicos são alvo. A prefeitura municipal de Presidente Venceslau é administrada pelo Partido dos Trabalhadores, o estado de São Paulo que controla o ITESP é do PSDB. Então, muitas vezes temos também toda esta disputa política, de interesses e de projetos para os assentados. O trabalho desenvolvido se mostrou bastante dificultoso por conta da distância que tínhamos que percorrer da nossa residência em Presidente Prudente para Presidente Venceslau. Toda esta trama que culmina em muitas indignações dos assentados está diretamente envolvido com a participação dos mesmos no meio político da cidade, isso se mostrou muito presente na nossa pesquisa e temos o entendimento que os agentes políticos que são os assentados são “peças” fundamentais deste jogo de xadrez.

5 - Referências Bibliográficas

MEDEIROS, L.S. et alli “Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro” in MOREIRA, R.J e COSTA, L.F.C.(orgs.) Mundo Rural e Cultura, Rio de Janeiro, Muad, 2002.

BARONE, L.A e FERRANTE, V.L.S.B. “Assentamentos Rurais e Poder Local; Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária” in BERGAMASCO, S.M.P.P. et alli(orgs.) Dinâmicas familiar, produtiva e cultura nos assentamentos rurais de São Paulo, Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

MARQUES, P.E.M. “Participação e Pronaf: um estudo do poder, do atores e dos conflitos dos conselhos de desenvolvimento rural” in SÉRGIO SCHNEIDE et alli (orgs.) Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural, Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2004.

BERGAMASCO,S.M.P.P. e NORDER,L.A.C. “A Alternativa dos Assentamentos Rurais: Organização Social, Trabalho e Política”- São Paulo, Terceira Margem;2003.

BERGAMASCO,S.M.P.P. e NORDER,L.A.C. “Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997)” in MEDEIROS,L.S. e LEITE,S.(orgs) A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade/UFGS/CPDA,1999.

BARONE,L.A. “Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária: Da Política Reativa ao Vazio de Projeto-O caso do estado de São Paulo” in FERRANTE,V.L.S.B.(org.) Retratos de Assentamentos, ano V, nº8, Araraquara, NUPEDOR/FCL,2000.

BARONE,L.A. “Os Briguentos” in BARONE,L.A. “Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária”(Tese de Doutorado) Araraquara,FCL/Unesp,2002.

D’INCAO,M.C. “Assentamentos Rurais do estado de São Paulo: Notas sobre os Impasses da Acessoria Técnica Estadual” in Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária-2ªed. ver. e amp. São Paulo: ITESP: Páginas & letras; Editora Gráfica, 2000-(Cadernos do ITESP;7)

ROMANO,J.O. e DELGADO,N.G. “Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais” in MOREIRA, r e COSTA,L.F.C.(orgs.) Mundo Rural e Cultura, Rio de Janeiro, Mauad, 2002.